

# MUNDOS DO TRABALHO

Publicação eletrônica semestral do GT “Mundos do Trabalho” - ANPUH

## Dossiê Trabalho, política e experiências indígenas

### Organização

Vânia Maria Losada Moreira, Ingrid de Jong,  
Fabiane Popinigis e Cristiana Schettini



Apoio logístico  
UFSC

Julho/Dezembro 2014  
Volume 6 - Número 12

Apoio institucional  
DEDC II - UNEB

## FICHA TÉCNICA

**ORGANIZAÇÃO DO NÚMERO** Vânia Maria Losada Moreira, Ingrid de Jong, Fabiane Popinigis e Cristiana Schettini

**REVISÃO DE TEXTO** Mariângela Nogueira

**PROJETO GRÁFICO** Virgínia Loureiro

**DIAGRAMAÇÃO** 2Designers

**COLABORARAM COM ESTE NÚMERO** (consultores *ad hoc*)

Carla Gras (Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas), Carla Villalta (CONICET/UBA), Ciro Bezerra (UFAL), Evangelia Aravanis (ULBRA), Irma Rizzini (UFRJ), João Márcio Mendes Pereira (UFRRJ), Leonardo Mello e Silva (USP), Samuel Fernando de Souza (DIEESE), Vinícius Rezende (UFBA), Uassyr Siqueira (UNICAMP/Pós-doutorando), Wellington Castellucci Junior (UFRB)

Créditos da capa: “Indígenas retornando da mata com ramos para enfeitar a casa do santo para a festa de São Sebastião, na aldeia Serra do Padeiro. Por Daniela Alarcon, 18 jan. 2012”

# MUNDOS DO TRABALHO

Publicação eletrônica semestral do GT “Mundos do Trabalho” - ANPUH

GRUPO DE TRABALHO “MUNDOS DO TRABALHO”

(<http://gtmundosdotrabalho.org/>)

## Coordenação Nacional

Aldrin Castellucci

## Coordenações Estaduais

### Amazonas

Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro

César Augusto Bulboz Queirós

### Bahia

Vinicius de Rezende

### Mato Grosso do Sul

Vitor Wagner Neto de Oliveira

### Paraná

Antônio de Pádua Bosi

### Rio Grande do Sul

Nauber Gavski da Silva

Melina Kleinert Perussatto

### Santa Catarina

Adriano Luiz Duarte

### São Paulo

Dainis Karepovs

ISSN 1994-9222

<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho>



Apoio logístico  
Programa de Pós-graduação  
em História da UFSC



Apoio institucional  
Programa de Pós-Graduação em História  
Regional e Local - UNEB (Campus V)  
Depto. de Educação - UNEB (Campus II)

Janeiro/Junho 2014  
Volume 6 - Número 12

## EQUIPE EDITORIAL

### EDITORES

Clarice Speranza

Universidade Federal de Pelotas

Cristiana Schettini

Consejo Nacional de Investigaciones Científicas  
y Técnicas - Universidad de Buenos Aires -

Universidad de San Martín

David Lacerda

Universidade Estadual de Campinas

Fabiane Popinigis

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Henrique Espada

Universidade Federal de Santa Catarina

Larissa Rosa Corrêa

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Marcelo Mac Cord

Universidade Federal Fluminense

Paulo Cruz Terra

Universidade Federal Fluminense

Vinícius de Rezende

Universidade Federal da Bahia

### CONSELHO EDITORIAL

Alexandre Fortes

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,  
Brasil

Antonio Luigi Negro

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Barbara Weinstein

New York University, Estados Unidos

Beatriz Ana Loner

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Beatriz Mamigonian

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cláudio Henrique de Moraes Batalha

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Dick Geary

Nottingham University, Grã-Bretanha

Flavio dos Santos Gomes

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

John D. French

Duke University, Estados Unidos

José Ricardo G. P. Ramalho

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

José Sérgio Leite Lopes

Museu Nacional - Universidade Federal  
do Rio de Janeiro, Brasil

Juan Suriano

Universidad de Buenos Aires, Argentina

Marcel Van Der Linden

International Institute of Social History,  
Holanda

Marcelo Badaró Mattos

Universidade Federal Fluminense, Brasil

Marco Aurélio Santana

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Maria Célia P. M. Paoli

Universidade de São Paulo, Brasil

Michael McDonald Hall

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Michel Ralle

Université de Paris IV (Sorbonne), Paris

Mirta Zaida Lobato

Universidad de Buenos Aires, Argentina

Norberto Osvaldo Ferreras

Universidade Federal Fluminense, Brasil

Prabhu Mohapatra

University of Delhi, Índia

Sidney Chalhoub

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Vitor Wagner Neto de Oliveira

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul,  
Brasil

### GERENTES

Henrique Espada Lima

Fabiane Popinigis

# Introdução: Trabalho, Política e Experiências Indígenas

Vânia Maria Losada Moreira\*

Ingrid de Jong\*\*

Fabiane Popinigis\*\*\*

A percepção de uma política e de uma consciência histórica em que os índios são sujeitos e não apenas vítimas, só é nova eventualmente para nós. Para os índios, ela parece ser costumeira. É significativo que dois eventos fundamentais – a gênese do homem branco e a iniciativa do contato – sejam frequentemente aprendidos nas sociedades indígenas como produto de sua própria ação ou vontade.<sup>1</sup>

5

O dossiê *Trabalho, Política e Experiências Indígenas* reúne um conjunto expressivo de pesquisas, documentos e informações sobre a participação dos índios no mundo do trabalho latino-americano e representa um marco importante na trajetória da *Revista Mundos do Trabalho* que, pela primeira vez, dedica um dossiê inteiramente voltado à discussão sobre os índios na história do trabalho.

Os temas referentes à participação dos índios na sociedade – suas experiências, contribuições, lutas e, em particular, sua presença no mundo do trabalho – têm sido abordados de modo muito diferenciado no tempo e no espaço: ao olhar mais atento não escapa a tendência de valorizá-los principalmente em regiões geográficas e em momentos históricos em que representam a maioria da população e ocupam lugares centrais na produção para o mercado.

Exemplar dessa perspectiva é *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Júnior.<sup>2</sup> Publicado primeiramente em 1942, o livro agitou a historiografia brasileira, tornou-se rapidamente uma referência e hoje ocupa lugar de destaque no panteão dos clássicos sobre a história nacional. Nesse texto, Prado Jr. vaticinou o fim dos índios e da “questão indígena” no Brasil, ao afirmar que, desde o fim do período colonial, a maior parte deles estava morta ou assimilada e os poucos que restavam em regiões periféricas não faziam muita diferença no “progresso econômico”. Além disso, transformou os índios em meros objetos dos “brancos”, de seus interesses e de sua história ao postular que, substituídos por mão de obra escrava de origem africana, mais “eficiente” e “fácil”, desaparecia o interesse por eles no Brasil.<sup>3</sup>

\* Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

\*\* CONICET, Universidad de Buenos Aires.

\*\*\* Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

1 CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma história indígenas. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/Fapesp, 1992, pp. 9-24, p. 18.

2 PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 11ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1971.

3 PRADO Jr. *Formação do Brasil Contemporâneo*, p. 76.



50 anos depois, em 1992, surgiu *História dos Índios no Brasil*.<sup>4</sup> Sob a organização de Manuela Carneiro da Cunha, o livro também se tornou uma referência, mas por razões bem diversas. Sem minimizar os processos de violência, mortes, de população e mestiçagem vividos por incontáveis povos, sociedades e grupos indígenas, os diversos capítulos restituem aos índios seu lugar na história, problematizando-os em diferentes temporalidades e regiões e propondo novas abordagens e perspectivas. Vale citar a questão do protagonismo indígena, pois, como escreveu a própria organizadora dessa obra coletiva, a “percepção de uma política e de uma consciência histórica em que os índios são sujeitos [...] só é nova eventualmente para nós. Para os índios, ela parece ser costumeira.”<sup>5</sup>

Compartilhando a convicção sobre a pertinência de estudar os índios em todas as temporalidades e regiões em que estejam presentes, ocupando eles posições centrais ou periféricas nos sistemas produtivos, e sobre a importância de compreendê-los também em seus próprios termos, agendas, volições, necessidades e escolhas abrimos o dossiê com o artigo *Escravidão indígena e trabalho compulsório no Rio de Janeiro colonial*, de Maria Regina Celestino de Almeida. Nesse artigo, a autora dialoga com diferentes orientações da historiografia sobre a escravização de africanos e afrodescendentes no Brasil e problematiza alguns de seus postulados centrais à luz das pesquisas mais recentes sobre os índios ao longo do regime colonial. Sublinha a importância da força de trabalho indígena na capitania do Rio de Janeiro entre o século XVII e o início do XIX, e diferencia o alcance da escravidão indígena e do trabalho compulsório exercido pelos índios aldeados durante o período de desenvolvimento do mercado de escravos africanos na capitania. Demonstra, finalmente, como o protagonismo dos próprios índios terminava por influir na organização do mundo do trabalho.

Em *Instituciones y trabajo indígena em la América española*, Antonio Escobar Ohmstede realiza uma pormenorizada discussão acerca da legislação referente ao trabalho indígena na América espanhola e das diferentes modalidades de trabalho encetadas por tal legislação, tendo em conta os termos e adaptações assumidas em cada região. A partir da constatação das complexas e variadas formas de exploração laboral que a historiografia tem classificado como escravidão, *encomienda*, peonagem, trabalho livre, assalariado etc., são discutidas continuidades e mudanças nos processos de exploração do trabalho indígena e distinguido as características formais das práticas concretas de seu exercício, bem como problematizado o papel da cultura, das instituições e das estratégias e escolhas dos próprios índios na conformação das formas coloniais de exploração do trabalho dos nativos. Ainda são considerados outros fatores que incidiram na aplicação e adaptação da legislação laboral, como a mediação dos funcionários espanhóis locais e as exigências da organização agrária que foi se conformando nas distintas áreas da América hispânica.

O artigo de Paula C. Zagalsky, *Trabajadores indígenas mineros en el Cerro Rico de Potosí: tras los rastros de sus prácticas laborales (siglos XVI y XVII)*, compartilha com Ohmstede e Almeida a mesma preocupação em discutir e problematizar as forças sociais, políticas e culturais que compeliavam energicamente os índios ao trabalho, em situações e sistemas que podiam ir desde a escravização imposta pela “guerra justa” até formas mais negociadas e remuneradas de trabalho. Neste artigo, contudo, a tônica está nas distâncias entre normas ditadas pela legislação e

4 CUNHA. Manuela Carneiro da (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/Fapesp, 1992.

5 CUNHA. *História dos Índios no Brasil*, p. 18.

práticas laborais da mão de obra indígena em Cerro Rico de Potosí, atual a Bolívia. Potosí foi um dos principais centros produtores mundiais de prata do período e o artigo demonstra a plasticidade de seu mundo laboral, moldado também a partir da pressão e do impacto das estratégias e práticas dos índios. A leitura das fontes em busca das práticas laborais cotidianas visibiliza, nesse sentido, o papel das migrações e dos movimentos populacionais de curto e longo prazo, assim como práticas comutativas associadas à rejeição de formas compulsórias de trabalho e de busca de melhores alternativas, opções que beneficiavam também a outros atores não indígenas do sistema colonial.

Em *El trabajo os hará ciudadanos. Tributo y armas em la Bolívia del siglo XIX*, Marta Irurozqui realiza uma inovadora abordagem sobre os processos de “cidadanização” e “descidanização” dos índios bolivianos ao longo das diferentes conjunturas políticas e sociais do século XIX. Demonstra que a conversão do índio boliviano em cidadão do novo Estado nacional não foi um processo linear e progressivo, pois dependeu das conjunturas políticas e sociais, quando se podia ou não valorizá-los como potenciais trabalhadores, contribuintes e cidadãos armados. Trabalhando com uma perspectiva multidimensional de cidadania, onde o conceito aparece na sua dimensão de status político e também como uma prática social, Irurozqui explora o agenciamento dos próprios índios, que procuraram adquirir a cidadania por meio do trabalho civil e militar. A análise do exercício público das funções cívicas – pagamento de tributo e serviço militar – na Bolívia do século XIX permite dar maior visibilidade ao papel ativo dos indígenas nos processos de construção nacional oitocentista e do próprio status de cidadão.

Em *Trabalho, território e participação indígena na Guerra dos Cabanos e na Insurreição Praieira: apoios e disputas nas aldeias de Barreiros e Jacuípe. (Pernambuco e Alagoas, 1832-1848)*, Mariana Dantas pesquisa a participação dos índios de Pernambuco e Alagoas na Guerra dos Cabanos e na Insurreição Praieira, dois movimentos políticos importantes do ciclo de insurreições liberais que sacudiram o Brasil depois da Independência. Tal como na Bolívia oitocentista analisada por Irurozqui, Dantas também explora o lugar ocupado pelos índios no processo de construção nacional, quando, em Pernambuco e em Alagoas, foram valorizados como trabalhadores e braços armados. A partir de vasta documentação primária, demonstra que os índios se inseriam no tabuleiro político das elites rebeldes e governistas e que ambas disputavam o trabalho e o apoio militar dos índios. Nesse cenário, a autora explora, dentre outros temas, as agendas e as possibilidades do protagonismo indígena.

No artigo *Territorialização e trabalho: atuação dos aldeados de Ferradas no processo de ocupação e exploração territorial, no sul da Bahia (século XIX)*, Ayalla Oliveira Silva historiciza o processo de conquista e territorialização dos Camacãs, Pataxós e Guerens no aldeamento de São Pedro de Alcântara, que rapidamente transformou os índios aldeados em mão de obra para os trabalhos de abertura e conservação da estrada Ilhéus-Conquista e para o desenvolvimento da lavoura do cacau. Em razão da dependência inicial das elites regionais em relação à mão de obra indígena, Silva explora tanto a capacidade de os índios negociarem seu processo de aldeamento e de utilização de sua força de trabalho quanto a permanência de antigas práticas coloniais, como a escravização ilegal e a reprodução das formas de exploração sistemática do trabalho indígena em moldes compulsórios. Desta maneira, colabora na discussão e desconstrução de uma narrativa memorialista que tem representado os índios como “estorvo” ao progresso, desconhecendo a participação da mão de obra indígena na formação da economia e sociedade

regional e as estratégias políticas e administrativas indigenistas dirigidas a assegurar tal participação.

Com o artigo *Trabajo y trayectorias familiares de indígenas en Pampa y nord patagonia (Argentina, 1882-1920)*, Claudia Salomón Tarquini, Elisabet Rollhauser e Mariano Nagy discutem dimensões ainda pouco visíveis e conhecidas acerca do processo de construção do Estado nacional argentino e da conquista do *Desierto*. A partir de uma rica e variada documentação primária, que inclui entrevistas e testemunhos orais, o artigo explora as trajetórias históricas de dois grupos populacionais – os Pincén de Trenque Lauquene os Ranqueles do norte do Pampa –, que exemplificam muitas das características do processo de incorporação indígena à sociedade nacional, entendendo-o em termos de proletarianização. A análise realizada pelos autores se dirige, por um lado, a resgatar o ponto de vista dos índios sobre suas próprias experiências históricas; e, por outro, a reconstruir os processos de migração e de venda de força de trabalho que foram impostos à eles, diante da perda da autonomia política, dos territórios tradicionalmente possuídos das terras comunais concedidas pelas políticas oficiais.

Além de evidenciar que o trabalho indígena nas sociedades coloniais e pós-coloniais latino-americanas constitui um campo temático com espessura histórica e variadas vias de desenvolvimento futuro, um dos fios condutores mais expressivos dos artigos que compõem esse dossiê é a valorização dos índios como sujeitos de suas experiências históricas, por mais que estivessem fortemente enquadrados por cenas, processos e sistemas de violência e dominação. Em consonância com essa perspectiva, finalizamos o dossiê com dois documentos bastante expressivos acerca da política indígena.

O primeiro é uma entrevista e intitula-se *É bom massacrar índio no Brasil*. O entrevistado chama-se Rosivaldo Ferreira da Silva, mas é mais conhecido como cacique Babau; e a entrevistadora é Daniela Fernandes Alarcon. Nessa entrevista, Alarcon explora o ponto de vista de Babau sobre a luta dos índios Tupinambá pela terra, pela vida e pela dignidade de ser índio na Serra do Padeiro. Também desenterra fragmentos das memórias dos índios sobre a longa e difícil luta pela permanência na terra, bem como parte de sua cosmologia e sabedoria própria.

O segundo é um testemunho histórico que dá voz aos índios coloniais em seu agenciamento político contra as tentativas de escravização ilegal e de esbulho territorial. Trata-se de um requerimento de 1795, assinado por vários índios e endereçado à rainha d. Maria I, transcrito e apresentado por Vânia Maria Losada Moreira no texto *Índios vassalos versus Portugueses descansados – Liberdade, terra e trabalho na vila indígena de Benavente (capitania do Espírito Santo, 1795)*. Dentre outros aspectos importantes, Moreira frisa a tenacidade da luta política empreendida pelos índios que, a despeito de todas as dificuldades, conseguiram enviar dois procuradores indígenas à Lisboa, com o objetivo de garantir seus direitos e promover seus interesses perante a rainha.

Esperamos que os artigos e documentos aqui apresentados estimulem a reflexão, o debate e a inclusão dos índios na história do trabalho como sujeitos de suas experiências, como possuidores de uma história própria e como coparticipantes de histórias e experiências compartilhadas com outros setores sociais.